

**CONTRATO Nº 4377/13**  
**NTM-C-NOVA TAMOIOS CONTORNOS**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**  
**QUE ENTRE SI FAZEM DERSA**  
**DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A. E**  
**LENTZ CONSULTORES EM MEIO AMBIENTE**  
**LTDA-EPP.**

Pelo presente Contrato, exarado no processo **DERSA nº 54.079/12**, regido pela Lei Federal nº 8666 de 21/06/93 e suas atualizações e Lei Estadual nº 6.544 de 22/11/89, de um lado, **DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A.**, Sociedade de Economia Mista, prestadora de Serviço Público, nos termos do Decreto-lei nº 5, de 06/03/69, alterado pela Lei nº 95, de 29/12/72, sediada na Rua Iaiá, nº 126, Itaim Bibi, São Paulo – SP, C.N.P.J. nº 62.464.904/0001-25, por seus representantes legais ao final identificados, a seguir denominada simplesmente **DERSA** e, de outro lado, **LENTZ CONSULTORES EM MEIO AMBIENTE LTDA-EPP**, sediada na Rua Domingos Crudo, nº 189, Centro, Barueri - SP, C.N.P.J. nº 86.838.240/0001-85, por seu(s) representante(s) legal(is) ao final identificado(s), a seguir denominada simplesmente **CONTRATADA**, com fundamento no Artigo 24, inciso I, c/c parágrafo primeiro, Lei 8.666/93 e alterações, têm entre si justo e avençado o seguinte:

**CLÁUSULA I**

**OBJETO**

- 1.1. Prestação de serviços técnicos especializados de engenharia para realização de campanha de Medições e Modelagem de Ruído em pontos identificados como receptadores potencialmente críticos localizados ao longo do traçado previsto para implantação do empreendimento “Nova Tamoios – Contornos”.
- 1.2. Os serviços, objeto deste Contrato, serão executados de acordo com os anexos que fazem parte integrante deste Contrato.
- 1.3. Integram o presente contrato tal como se aqui transcritos, ressalvada sempre a aplicação preferencial das disposições expressas neste instrumento:
  - a) Termo de Referência
  - b) Proposta da **CONTRATADA** datada de 04/02/13
  - c) Primeira Nota de Serviço

## CLÁUSULA II

### VALOR

- 2.1. Tem o presente contrato o valor total de **R\$ 26.000,00** (vinte e seis mil reais), data base **fevereiro/13**, previsto no item orçamentário Convênio entre o DER e a DERSA – Empreendimento Nova Tamoios Contornos.

## CLÁUSULA III

### PRAZO

- 3.1. O prazo para execução dos serviços é de **05 (cinco)** meses, contados da emissão da Primeira Nota de Serviço, podendo ser prorrogado a critério da **DERSA**, respeitando a legislação vigente.

## CLÁUSULA IV

### PREÇO

- 4.1. Para o serviço objeto do contrato será adotado o preço unitário apresentado na proposta da **CONTRATADA**, com data de 04/02/2013, referido ao mês de fevereiro/2013.
- 4.2. No preço unitário proposto que constituirá a única e completa remuneração para os serviços objeto do contrato, estão computados todos os custos e despesas da **CONTRATADA** conforme discriminado no Termo de Referência, nada mais podendo a **CONTRATADA** pleitear a título de pagamento, reembolso ou remuneração em razão do contrato, de sua celebração e cumprimento.

## CLÁUSULA V

### MEDIÇÕES E PAGAMENTOS

- 5.1. Tudo que for realizado sob as condições contratuais será apontado pelo Gestor/Fiscal do contrato, em documento próprio da **DERSA** denominado Pedido de Compra, da seguinte forma:
- 5.1.1. Será elaborada medição após a entrega do produto de acordo com os itens 8 e 9 do Termo de Referência, devidamente atestados pela fiscalização da **DERSA**.

- 5.1.2. A **CONTRATADA** deverá apresentar Relatórios Técnicos dos serviços executados conforme estipulado no Termo de Referência.
- 5.1.3. O Gestor/Fiscal do contrato após análise e aprovação, autorizará a emissão da nota fiscal/fatura no prazo de até 15 (quinze) dias corridos contados do recebimento do produto.
- 5.1.4. Havendo necessidade de correções ou complementações no Relatório Técnico, a **CONTRATADA** deverá refazer os trabalhos.
- 5.1.5. A **CONTRATADA** deverá entregar a fatura ao fiscal do contrato, no primeiro dia subsequente à comunicação do valor aprovado.
- 5.1.6. A fatura emitida conforme disposto no subitem acima, não poderá ser objeto de cobrança pela rede bancária.
- 5.2. O pagamento será efetuado no 30º (trigésimo) dia subsequente a cada entrega, conforme o item 5.1.1. anterior, através de crédito em conta corrente da **CONTRATADA** junto ao Banco do Brasil S/A.
- 5.2.1. Havendo atraso de pagamento motivado pela **DERSA** esta responderá pelo pagamento da devida correção monetária nos termos do artigo 74 da Lei Estadual nº 6.544/89, cujo índice para apuração será o IPC-FGV, bem como juros moratórios à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculado pro rata tempore em relação ao atraso verificado.
- 5.2.1.1. A correção monetária será calculada no dia do pagamento da obrigação principal, com base na variação acumulada do IPC-FGV, sendo que para os meses em que os índices não tenham sido divulgados, será utilizado o último índice publicado.
- 5.2.2. Se houver atraso por responsabilidade da **CONTRATADA**, aos dias dos vencimentos que se refere o item 5.2., serão acrescidos tantos dias quantos forem os dias de atraso.
- 5.3. O pagamento será efetuado mediante a apresentação dos originais da fatura, bem como dos comprovantes de recolhimento do FGTS, correspondentes ao período de execução dos serviços, do INSS e do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.
- 5.4. A não apresentação dessas comprovações assegura à **DERSA** o direito de sustar o pagamento respectivo até que seja regularizada a documentação correspondente.

- 5.5. A comprovação do recolhimento do ISSQN deverá estar referida ao município que a prestação do serviço estiver envolvida, em consonância com as disposições contidas na Lei Complementar nº 116, de 31/07/03.
- 5.6. A não observância do prazo previsto para apresentação das faturas ou a sua apresentação com incorreções ensejará a prorrogação do prazo de pagamento por igual número de dias a que corresponderem os atrasos e/ou as incorreções verificadas.
- 5.7. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da **CONTRATADA** no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL”, que será obrigatoriamente consultado, por ocasião da realização de cada pagamento.

#### **CLÁUSULA VI**

#### **RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES**

- 6.1. A **CONTRATADA** declara ter pleno conhecimento das condições para execução dos serviços, pelo que reconhece ser perfeitamente viável o cumprimento integral e pontual dos encargos assumidos.
- 6.2. A **CONTRATADA** reconhece expressamente sua total e exclusiva responsabilidade por danos ou prejuízos causados por seu pessoal que, em qualquer hipótese, venham sofrer a **DERSA**, terceiros, coisas e/ou propriedade de terceiros, em decorrência dos serviços ora contratados.
- 6.2.1. Não exclui o reduz esta responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento por representantes da **DERSA**.
- 6.2.2. Todos os ressarcimentos e indenizações correrão por conta exclusiva da **CONTRATADA**, a quem caberá, manter sempre cobertos por seguros regulares, os riscos de acidentes de trabalho dos seus funcionários, como também, dos equipamentos utilizados.
- 6.3. A **DERSA** poderá solicitar a substituição de pessoal, por motivo de imperícia, incapacidade ou indisciplina, devendo o mesmo ser repostado imediatamente sem prejuízo dos serviços.
- 6.3.1. O pessoal dispensado pelos motivos acima não poderá ser reutilizado nos serviços objeto deste contrato.

RSG

JURÍDICO  
(DERSA)

- 6.4. A **CONTRATADA** obriga-se a não prestar informações de qualquer ordem a terceiros, técnicas ou não, sobre natureza ou andamento da execução dos serviços ou divulgá-las por qualquer outra forma, sem prévia e expressa autorização da **DERSA**.
- 6.4.1. Se a **CONTRATADA** desejar, para fins promocionais ou publicitários, divulgar os serviços a seu cargo, somente poderá fazê-lo mediante apresentação prévia das mensagens e sua aprovação pela **DERSA**.
- 6.5. A **CONTRATADA** deverá indicar preposto idôneo, provendo-o dos meios necessários ao bom desempenho de sua função, inclusive veículo.
- 6.5.1. O preposto a que se refere o item acima deverá ter formação superior, legalmente habilitado e possuir comprovada experiência na execução de serviços similares aos contratados e passar por prévia aprovação da **DERSA**, devendo este permanecer em caráter de dedicação exclusiva aos serviços contratados.
- 6.5.2. Os custos de remuneração do preposto e de seu veículo, se for o caso, deverão ser incorporados à taxa de BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS (BDI).
- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante da **DERSA** designado para esse fim. Esta supervisão visa verificar a obediência, atendimento às Normas de Segurança do Trabalho, programação e outros que forem emitidos ou aprovados pela **DERSA**, devendo a **CONTRATADA** refazer às suas expensas, quaisquer serviços executados em desacordo ao mencionado acima.
- 6.6.1. O representante da **DERSA** anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a sua competência funcional deverão ser encaminhadas ao Diretor da área, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
- 6.7. A **CONTRATADA** somente poderá dar início aos serviços, objeto do presente contrato, após emissão pela **DERSA**, da respectiva Nota de Serviço.
- 6.8. Cada fase do trabalho somente será considerada concluída após a liberação pela FISCALIZAÇÃO da **DERSA**.
- 6.9. Na execução dos serviços, a **CONTRATADA** estará obrigada a:



- 6.9.1. obedecer e fazer observar as leis, regulamentos, posturas e determinações das autoridades federais, estaduais e municipais, cabendo à **CONTRATADA** integral responsabilidade pelas conseqüências das eventuais transgressões que, por si ou seus prepostos, cometer;
- 6.9.2. fornecer a mão-de-obra especializada, devendo ser do tipo e quantidade suficientes para atender a qualidade dos serviços estabelecidos e à necessidade da **DERSA**, de modo que ao ocorram problemas que venham a prejudicar o andamento dos mesmos;
- 6.9.3. apresentar todo o pessoal no local de trabalho devidamente identificado com crachá;
- 6.9.4. manter sigilo dos dados fornecidos e coletados.
- 6.10. As providências e despesas relativas ao pagamento de qualquer tributo, que incida ou venha a incidir sobre o contrato, serão de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**.
- 6.11. A **CONTRATADA** sugerirá, em tempo hábil, todas as providências que sejam necessárias à adequação do objeto contratual quanto aos aspectos imprevistos ou supervenientes, constatados durante a execução dos serviços, de modo que quaisquer problemas, falhas ou omissões decorrentes dos aspectos acima mencionados, possam ser superados pela **DERSA** sem o comprometimento da execução do objeto.
- 6.12. A **CONTRATADA** deverá manter sempre coberto por seguros regulares os riscos de acidentes de trabalho, bem como deverá manter sempre em vigor, apólices de todos os seguros legalmente obrigatórios.
- 6.13. A **DERSA** reserva-se o direito, a qualquer instante, dentro do prazo vigente do contrato, de proceder, in loco, as atividades de verificação dos serviços prestados pela **CONTRATADA**. Nos casos de incorreções, serão solicitados ajustes e o não cumprimento destes, pela **CONTRATADA**, implicará multa ou cancelamento integral ou de parte do pagamento.
- 6.14. A **DERSA** reserva-se o direito de convocar reuniões com a coordenação da **CONTRATADA**, para solicitar esclarecimentos, dirimir dúvidas e reorientar procedimentos.

RSG

JURÍDICO  
(DERSA)

- 6.15. A **DERSA** reserva-se o direito de rejeitar, em qualquer momento da vigência do contrato, os serviços que não atenderem às normas metodológicas pertinentes e que coloquem em risco a confiabilidade e a qualidade das informações coletadas, inclusive com o direito de não pagar parte ou integralmente os serviços realizados.
- 6.16. O uso das informações e dados constantes e oriundos do contrato será apenas da **DERSA**, sendo vedado à **CONTRATADA** o uso dos mesmos, sem anuência expressa daquela.
- 6.17. A **CONTRATADA** tem pleno conhecimento do inteiro teor do Código de Conduta Ética e Governança Corporativa da **DERSA**, cujos preceitos são de observância obrigatória em todos os atos praticados pela **CONTRATADA** e cujo inteiro teor também se encontra disponível no sítio da **DERSA**: [www.dersa.sp.gov.br/empresa/CodigodeCondutaEticaDERSA.pdf](http://www.dersa.sp.gov.br/empresa/CodigodeCondutaEticaDERSA.pdf).

## **CLÁUSULA VII**

### **ALTERAÇÕES, RESCISÃO, PENALIDADES E MULTAS**

- 7.1. As alterações, rescisões, penalidades e multas obedecerão ao disposto na Lei nº 8.666/93, na Lei Estadual nº 6.544/89 e na Resolução ST-040/94.
- 7.2. No caso de inexecução parcial ou total deste contrato pela **CONTRATADA**, a **DERSA**, e ressalvados os casos previstos no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, poderá, a qualquer momento, exercer o seu direito de rescindir este contrato e aplicar, cumulativa ou isoladamente, as seguintes penas:
- 7.2.1. Advertência e respectiva anotação em Cadastro;
- 7.2.2. Multa de 30% (trinta) por cento sobre o valor total atualizado do serviço ou obra não entregue ou da obrigação não cumprida ou, a critério da **DERSA**, o pagamento de valor correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.
- 7.3. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a **CONTRATADA** à multa de 0,1 % (um décimo por cento) do valor atualizado da obrigação total por dia que exceda o cumprimento de qualquer data estabelecida neste contrato e/ou em Cronograma Físico/Financeiro estabelecido, limitado ao valor total do contrato atualizado.

- 7.3.1. A aplicação de multa prevista na cláusula 8.3. não impede que a **DERSA** rescinda unilateralmente o presente contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 7.4. Qualquer penalidade prevista será aplicada observando-se o contraditório e a ampla defesa.
- 7.5. Aplicada(s) a(s) multa(s) e, havendo exaurimento da garantia prestada, a **DERSA** passará a descontar o valor residual do próximo pagamento que vier realizar à **CONTRATADA**.
- 7.5.1. No caso de não existirem pagamentos previstos, a **CONTRATADA** deverá efetuar a quitação da multa em até 72 (setenta e duas) horas, contadas do recebimento do documento de cobrança respectivo.
- 7.6. O não pagamento da multa no prazo estipulado importará, ainda, na atualização do valor a ser pago com base na variação do IPC-FIPE (índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), calculado *pro rata tempore* desde a data do vencimento até a do efetivo pagamento.
- 7.7. O pagamento das multas estabelecidas nesta cláusula ou seu desconto como aqui especificado não exime a **CONTRATADA** do fiel cumprimento das obrigações e responsabilidades contraídas neste instrumento e nem da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos, diretos ou indiretos que vierem a ser causados.

### CLÁUSULA VIII

#### ENCERRAMENTO DO CONTRATO

- 8.1. Executados os serviços o contrato será encerrado lavrando-se o respectivo Termo de Encerramento de Contrato, logo após a liberação pela **DERSA** do Pedido de Compra Final.
- 8.2. O Termo de Encerramento de Contrato deverá ser assinado pela **CONTRATADA** e pelo Diretor da **DERSA** responsável pela área de execução dos serviços.

RSG

JURÍDICO  
(DERSA)



**CLÁUSULA IX****COMUNICAÇÃO**

- 9.1. As comunicações recíprocas relativas a este contrato somente serão consideradas como efetuadas, se entregues através de correspondência mencionando o número deste contrato e o assunto específico da correspondência, devendo ser protocoladas e endereçadas conforme o destinatário, como segue:

**À DERSA:****DERSA DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A.**

Rua Iaiá, nº 126, Itaim Bibi, São Paulo – SP, CEP: 04542-906

Ref: Contrato nº 4377/13

**À CONTRATADA:****LENTZ CONSULTORES EM MEIO AMBIENTE LTDA-EPP**

Rua Domingos Crudo, nº 189, Centro, Barueri – SP

CEP: 04618-020

Ref: Contrato nº 4377/13

- 9.2. A entrega de qualquer carta ou documento de transmissão far-se-á por portador, com protocolo de recebimento e o nome do remetente conforme acima descrito.

**CLÁUSULA X****FORO**

- 10.1 Todas as questões suscitadas pelo presente contrato, não resolvidas por via administrativa, serão dirimidas no Foro desta Capital, eleito pelas partes com preferência sobre outro qualquer, por mais privilegiado que se apresente.

RSG

JURÍDICO  
(DERSA)

E por estarem justos e acordados firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

São Paulo, 10 de abril de 2013.

Pela **DERSA**:

  
\_\_\_\_\_  
**LAURENCE CASAGRANDE LOURENÇO**  
Diretor Presidente  
\_\_\_\_\_  
**PEDRO DA SILVA**  
Diretor de Engenharia

Pela **CONTRATADA**:

  
\_\_\_\_\_  
**GEORGE LENTZ CESAR FRUEHAUF**  
Diretor

TESTEMUNHAS:

  
\_\_\_\_\_  
**Renata Silva Galdino**  
\_\_\_\_\_  
**Tatiana Gomes Coelho**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO ESTADO DE SÃO PAULO**

**ÓRGÃO:** SECRETARIA ESTADUAL DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES  
**CONTRATANTE:** DERSA – DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S/A  
**CONTRATADO:** LENTZ CONSULTORES EM MEIO AMBIENTE LTDA - EPP  
**OBJETO:** Prestação de serviços técnicos especializados de engenharia para realização de campanha de Medições e Modelagem de Ruído em pontos identificados como receptadores potencialmente críticos localizados ao longo do traçado previsto para implantação do empreendimento “Nova Tamoios – Contornos”.

**CONTRATO Nº 4377/13**

Na qualidade de Contratante e Contratada, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**, para fins de instrução e julgamento, damos-nos por **CIENTES e NOTIFICADOS** para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, declaramos estar cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

São Paulo, 10 de abril de 2013.

Pela **DERSA**:

  
\_\_\_\_\_  
**LAURENCE CASAGRANDE LOURENÇO**  
Diretor Presidente  
\_\_\_\_\_  
**PEDRO DA SILVA**  
Diretor de Engenharia

Pelo **CONTRATADA**:

  
\_\_\_\_\_  
**GEORGE LENTZ CESAR FRUEHAUF**  
Diretor